

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 01

Analisar as definições abaixo e assinalar a alternativa que nomeia, respectivamente, alguns dos princípios da Administração Pública, previstos na Constituição da República:

- I) por este princípio, a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.
 - II) por este princípio, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.
 - III) este princípio exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- a) impessoalidade, legalidade, publicidade.
 - b) formalidade, legitimidade, transparência.
 - c) hierarquia, autonomia da vontade, transparência.
 - d) autonomia da vontade, legitimidade, publicidade.

QUESTÃO 02

Sobre a Administração Pública indireta, está incorreto afirmar:

- a) A descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
- b) A desconcentração é uma distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- c) As entidades da Administração Indireta não têm legitimidade para propor ação civil pública.
- d) Autarquias, fundações e sociedades de economia mista são algumas das entidades que compõem a Administração Indireta.

QUESTÃO 03

Analisar os conceitos a seguir e assinalar a alternativa que define, respectivamente, cada um dos atos administrativos conceituados:

- I) ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico. Tal ato sempre se realiza "a posteriori" e examina apenas o aspecto de legalidade.
 - II) ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
 - III) ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação e um serviço público.
- a) aprovação, permissão, admissão.
 - b) homologação, licença, admissão.
 - c) licença, aprovação, homologação.
 - d) aprovação, licença, permissão.

QUESTÃO 04

Sobre a anulação ou invalidação do ato administrativo, assinalar a alternativa incorreta:

- a) a anulação do ato administrativo produz efeitos "ex nunc".
- b) a anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base do seu poder de autotutela sobre os próprios atos.
- c) a anulação pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados.
- d) a anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.

QUESTÃO 05

Considerando-se o contrato administrativo no sentido próprio e estrito, que abrange apenas aqueles acordos em que a

Administração Pública é parte, sob regime jurídico publicístico, derogatório e exorbitante do direito comum, pode ser apontada a seguinte característica desse tipo de contrato, entre outras:

- a) imutabilidade.
- b) natureza "intuitu personae".
- c) ausência de cláusulas exorbitantes.
- d) desnecessária a obediência à forma prescrita em lei.

QUESTÃO 06

Em relação aos servidores públicos, de acordo com previsão constitucional, está incorreto afirmar:

- a) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- b) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- d) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em duas parcelas, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no diploma constitucional.

QUESTÃO 07

Os servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, serão aposentados de acordo com os seguintes critérios, exceto:

- a) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- b) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observada a condição de sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
- c) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observada a condição de sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

QUESTÃO 08

A Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo exceções previstas no diploma constitucional. Sobre tal previsão, analise as afirmações abaixo e assinalar a alternativa correta:

- I) observada a previsão constitucional de teto de vencimento

ou subsídio, pode haver acumulação remunerada de cargos públicos, se houver compatibilidade de horários, de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

II) o servidor investido no mandato de Vereador pode continuar no exercício de seu cargo, emprego ou função, desde que haja compatibilidade de horários, hipótese em que perceberá as vantagens correspondentes a sua condição de servidor e de vereador.

III) aos membros do Ministério Público é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

- a) somente a afirmativa I está incorreta.
- b) somente a afirmativa II está incorreta.
- c) somente a afirmativa III está incorreta.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 09

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa incorreta:

a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

b) São bens públicos os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

c) O uso comum dos bens públicos deve ser sempre retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

d) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

QUESTÃO 10

A Constituição Federal prevê ações específicas de controle da Administração Pública. Analise os conceitos abaixo e assinale a alternativa que nomeia, respectivamente, cada uma das formas de controle definidas a seguir:

I) será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

II) será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

III) será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

- a) "habeas corpus", "habeas data", mandado de injunção.
- b) "habeas corpus", mandado de segurança, "habeas data".
- c) "habeas corpus", "habeas data", mandado de segurança.
- d) mandado de segurança, "habeas data", mandado de injunção.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:

- a) autodeterminação dos povos.
- b) defesa da paz.
- c) igualdade entre os Estados.
- d) soberania.

QUESTÃO 12

Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta sobre o controle de constitucionalidade:

I) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o Presidente da República e a Mesa do Senado Federal, entre outros.

II) podem propor a ação declaratória de constitucionalidade o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros.

III) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o Governador de Estado ou do Distrito Federal e qualquer partido político, entre outros.

IV) podem propor a ação declaratória de constitucionalidade a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados, entre outros.

- a) somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) somente as assertivas I e III estão corretas.

QUESTÃO 13

Em relação à nacionalidade, assinale a alternativa incorreta:

a) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.

b) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

c) é privativo de brasileiro nato o cargo de oficial das Forças Armadas.

d) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

QUESTÃO 14

Analise as assertivas abaixo, sobre os direitos políticos previstos na Constituição da República e assinale a alternativa correta:

I) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

II) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

III) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

- a) somente está correta a afirmativa I.
- b) somente está incorreta a afirmativa II.
- c) todas as afirmativas estão corretas.
- d) somente está incorreta a afirmativa III.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa correta, de acordo com previsão constitucional:

a) É competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

b) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.

c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

d) É competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

QUESTÃO 16

São competências privativas do Senado Federal as abaixo mencionadas, exceto:

a) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

b) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

c) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

d) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

QUESTÃO 17

Analise as assertivas abaixo, sobre a emenda à Constituição Federal, e assinale a alternativa correta:

I) A abolição de direitos e garantias fundamentais pode ser objeto de emenda mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

II) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio

III) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

IV) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

a) apenas a afirmativa I está incorreta.

b) apenas a afirmativa IV está incorreta.

c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

d) todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 18

Sobre o Presidente e o Vice-Presidente da República, assinale a alternativa correta:

a) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e não computados os nulos.

b) Se, antes de realizado o segundo turno para eleição do Presidente, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, nova votação.

c) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

d) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa incorreta sobre a fiscalização do Município:

a) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

b) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

c) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

d) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

QUESTÃO 20

São direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, os abaixo mencionados, entre outros, exceto:

a) constitui crime inafiançável e prescritível em 20 anos a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

b) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".

c) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

d) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 21

A ação rescisória pode ser definida como demanda autônoma de impugnação de provimentos de mérito transitados em julgado, com eventual rejuízo da matéria neles apreciada. As alternativas abaixo tratam dos casos de cabimento de ação rescisória, exceto uma. Assinale a alternativa incorreta:

a) quando a sentença de mérito resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

b) quando houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença de mérito.

c) quando a sentença de mérito for proferida por juiz impedido ou relativamente incompetente.

d) quando a sentença de mérito violar literal dispositivo de lei.

QUESTÃO 22

Analise as assertivas abaixo:

I - O direito de ação deve ser exercido sem nenhuma restrição, para que seja possível a regular instauração do processo e a obtenção da tutela jurisdicional. Todavia, esse direito sujeita o autor à observância de condições expressamente previstas no Código de Processo Civil.

II - O interesse processual está presente sempre que a parte

tenha a necessidade de exercer o direito de ação para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão e, ainda mais, sempre que aquilo que se pede no processo seja útil sob o aspecto prático.

III – Autor e réu devem ser partes legítimas, ou seja, faz-se necessário um vínculo entre o autor da ação, a pretensão trazida a juízo e o réu.

- a) somente a assertiva I está correta.
- b) somente a assertiva II está correta.
- c) somente a assertiva III está correta.
- d) todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 23

O recurso extraordinário é um mecanismo processual que viabiliza a análise de questões constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Sobre esse recurso, é incorreto afirmar:

- a) O recurso extraordinário, quando interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contrarrazões.
- b) O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.
- c) Não admitido o recurso extraordinário, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 15 dias.
- d) É embargável a decisão da turma que em recurso extraordinário, divergir do julgamento da outra turma ou do plenário.

QUESTÃO 24

A intervenção de terceiro consiste no ingresso no processo de quem, originariamente, não seria parte, tendo como fundamento a economia processual e a segurança jurídica. Sobre esse assunto pode-se afirmar:

I - É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu; dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles e; de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

II - A denunciação da lide é obrigatória ao alienante, somente na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

III – Na denunciação da lide, não se procedendo à citação do denunciado, que reside na mesma comarca, no prazo marcado de 15 dias, a ação prosseguirá unicamente em relação ao denunciante.

IV - Feita a denunciação da lide pelo réu, se o denunciado a aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado.

V – Quando houver denunciação da lide, a sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.

- a) somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- b) somente as alternativas I, IV e V estão corretas.
- c) somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) somente as alternativas III, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 25

As normas de competência atribuem concretamente a função de exercer a jurisdição aos diversos órgãos da jurisdição, pelo que se pode conceitua-la como instituto que define o âmbito de exercício da atividade jurisdicional de cada órgão dessa

função encarregado. De acordo as normas de competência estabelecidas pela legislação processual, é correto afirmar que:

a) determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

b) nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, nos casos em que o litígio recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

c) nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu ou do local do fato, cabendo ao autor a escolha.

d) as ações em que o ausente for réu correm no foro do domicílio do autor, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

QUESTÃO 26

Analise as afirmativas abaixo:

I - A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

II – O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

III - A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que homologar a divisão ou a demarcação e condenar à prestação de alimentos, não cabendo outras exceções à regra.

IV - Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

- a) somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa incorreta:

a) Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida. Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, em conta com correção monetária, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.

b) Quando a consignação em pagamento se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de bens de ausentes; comparecendo apenas um, o juiz decidirá de plano; comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores; caso em que se observará o procedimento ordinário.

c) A ação de nunciação de obra nova compete a Município quando este visa impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.

d) O nunciado poderá, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, requerer o prosseguimento da obra, sem exceção, desde que preste caução e demonstre prejuízo resultante da suspensão dela.

QUESTÃO 28

De acordo com a normas processuais civis, referente aos recursos cabíveis no ordenamento jurídico brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I – Serão cabíveis embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição e quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal

II - Cabem embargos infringentes sempre que o acórdão reformar, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

III - Os embargos de declaração poderão ser opostos no prazo de 5 dias e suspenderão o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

IV - Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Esses embargos serão oferecidos no prazo de 10 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

- a) somente as assertivas I, II e III estão incorretas.
- b) somente as assertivas I, III e IV estão incorretas.
- c) somente as assertivas I, II e IV estão incorretas.
- d) somente as assertivas II, III e IV estão incorretas.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta:

a) O pedido deve ser certo ou determinado. Porém, nas ações universais, não sendo possível a individualização dos bens demandados, é lícito ao autor a realização de pedido genérico.

b) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos no Código de Processo Civil, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.

c) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e na comarca já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação. Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para contestar a ação.

d) A petição inicial será indeferida somente quando a parte for manifestamente ilegítima ou quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou prescrição.

QUESTÃO 30

Analise as assertivas abaixo:

I – Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que

pretende produzir. Compete-lhe porém, antes de discutir o mérito, alegar a existência de litispendência e coisa julgada. Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

II – No cumprimento da sentença, caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.

III - O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.

- a) somente a alternativa I está correta.
- b) somente a alternativa II está correta.
- c) somente a alternativa III está correta.
- d) todas as alternativas estão corretas.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Analise as assertivas abaixo:

I – Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras coisas, conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros, desde que nada conste nos serviços de Proteção ao Crédito e Telecheque que o desabone.

II – É de responsabilidade privativa do Município regulamentar, licenciar, permitir, organizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.

III – É de responsabilidade privativa do Município, dentre outras, impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

IV – É de competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, fiscalizar os locais de venda direta ao consumidor, as condições higiênicas dos gêneros alimentícios.

- a) somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa incorreta.

a) O Vereador poderá licenciar-se somente: para desempenhar missão de caráter transitório; por moléstia devidamente comprovada ou em licença-gestante; para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca superior a 45 dias, não podendo reassumir o exercício do mandato, antes do término da licença.

b) O Vereador poderá renunciar a remuneração a que tem direito, ficando seu cargo gratuito pelo tempo que durar o seu mandato. Uma vez que haja renúncia, essa será de caráter definitivo e irrevogável.

c) O Vereador não pode, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme.

d) Perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões

ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correta.

- São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, dependente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, entre outros, apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio e utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
- São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, dentre outras, omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura e deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.
- No processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, o prefeito denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de quarenta e oito horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.
- A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, exclusivamente se esse utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

QUESTÃO 34

A Lei de Execução Fiscal dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, determinado que:

- A inscrição na dívida ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 120 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
 - A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional, devendo conter no termo o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
 - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez. Essa presunção é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.
- somente a alternativa I está incorreta.
 - somente a alternativa II está incorreta.
 - somente a alternativa III está incorreta.
 - todas alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa incorreta:

- A petição inicial de processo de execução fiscal indicará apenas o Juiz a quem é dirigida; o pedido; e o requerimento para a citação.
- No processo de Execução Fiscal, a produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.
- Na execução fiscal, far-se-á a intimação pessoal da penhora ao executado, mediante oficial de justiça ou carta registrada, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.
- No processo de Execução Fiscal, a penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: dinheiro; título da dívida

pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.

QUESTÃO 36

De acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, é correto afirmar:

- Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.
 - A inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia, é um dos direitos assegurados ao advogado.
 - É direito do advogado examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.
 - Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.
- somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
 - todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa incorreta:

- Compete ao Conselho Federal ajuizar ação direta de inconstitucionalidade de normas legais e atos normativos, ação civil pública, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção e demais ações cuja legitimação lhe seja outorgada por lei.
- São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas. Todavia, são anuláveis os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.
- O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato, todavia, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.
- O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta:

- Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana legislar sobre normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- Decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem

que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

c) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

d) O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas exclusivamente para regularização fundiária; execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; e ordenamento e direcionamento da expansão urbana.

QUESTÃO 39

Analise as assertivas abaixo:

I - O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

II - Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

III - Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando a fórmula de cálculo para a cobrança; os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga; e a contrapartida do beneficiário.

IV - O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de quinze mil habitantes e integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

- a) somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa correta:

a) . O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo isso possível de forma imediata, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 30 dias: comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

b) O serviço de busca e fornecimento é condicionamento ao pagamento de taxa. Nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, será acrescido o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

c) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência.

d) São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade

ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população ou oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.